

chegar a Cr\$ 700 tri

POLÍTICA

Dívida pública pode

O ESTADO DE S. PAULO — Quinta-feira, 23-5-85

Esse é o cálculo "otimista" do economista Paulo Rabelo de Castro, da FGV, para o fim do ano. Hoje, a dívida já é de Cr\$ 200 tri. E a culpa é das estatais.



A dívida interna brasileira acumulada já chega hoje à casa dos Cr\$ 200 trilhões e, "numa análise otimista, deverá chegar a Cr\$ 700 trilhões ao final de 1985, se computados todos os encargos. Isso representa 70% do Produto Interno Bruto". Essa previsão é do economista da Fundação Getúlio Vargas e redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*, Paulo Rabelo de Castro (foto), para quem boa parte desses débitos correm "por conta da rentabilidade duvidosa de empreendimentos estatais".

O economista fez essas afirmações em debate patrocinado pela Associação Nacional dos Dirigentes do Mercado Aberto (Andima), com a participação de vários economistas e empresários — entre eles Marcelo Lara Rezende, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), José Luiz Mascuro, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), e Luiz Carlos Mendonça de Barros, diretor-presidente da Corretora Planibanc.

"Estamos diante de uma esfinge — o problema da dívida — que aparentemente vai nos devorar", disse Paulo Rabelo. "Não sabemos como resolver o problema. Enquanto estivermos discutindo o Brasil financeiro e não o Brasil real, não haverá solução." E advertiu para o fato de que esse estado de coisas pode desembocar na solução de "deixar o mico na mão do sujeito menos esperto, enquanto os outros saem do mercado na hora certa".

Rabelo destacou que considera "excelentes" as análises dos ministros Francisco Dornelles e João Sayad, no seu conjunto. Mas considerou irrealista "pedir a um Congresso gastador que corte Cr\$ 35 trilhões das despesas, pois isto implica medidas tão rápidas que todos "miquem" ao mesmo tempo, sem poder fugir do Brasil através do dólar". Rabelo citou dados para ilustrar o dilema em que se encontra o governo: segundo estimativas do Banco Central, se a dívida crescer 310% entre dezembro de 84 e dezembro de 85, a base monetária terá crescido 210%, provocando uma grande pressão sobre o mercado e um adicional de dívida, por baixo, de Cr\$ 30 trilhões fora correção monetária e juros. Essa defasagem entre base e dívida levaria os juros à disparada e a uma semi-recessão. Outra opção: fazer a dívida crescer abaixo da inflação, levando a emissão de dinheiro a 500% até 1986, "o que levaria a um patamar semelhante de inflação". Segundo ele, a tendência do governo, por razões políticas e eleitorais, é pela primeira opção, "para depois cair necessariamente na segunda".

Esclarecimentos

O presidente da Comissão de Economia da Câmara, deputado Ralph Biasi (PMDB-SP), enviou requerimento de informações ao ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, solicitando esclarecimentos adicionais aos prestados no plenário da Câmara, recentemente, a exemplo dos cálculos que elevaram para Cr\$ 4,6 trilhões os subsídios do trigo, tendo em vista que, no ano passado, Cr\$ 400 bilhões foram suficientes.

"Se a produção brasileira destinada ao consumo é estimada em 1,5 milhão de toneladas e o subsídio ao produtor é de US\$ 125/tonelada, teríamos Cr\$ 1,1 trilhão de cruzeiros. Por que a diferença? Pretenderia o governo subsidiar o trigo importado, vendendo o produto a preços ainda inferiores aos US\$ 125/tonelada, um dos mais baixos dos últimos 10 anos?" indagou o deputado.

Ralph Biasi pediu esclarecimentos sobre as empresas responsáveis pelos déficits estatais de Cr\$ 28 trilhões, quis saber por que figuram algumas estaduais e municipais e indagou sobre as privadas incluídas na lista, seus valores e suas razões. Além disso, perguntou sobre o destino previsto pelo governo para o lucro de Cr\$ 24 trilhões auferidos pelo Banco Central no ano passado. Pediu ainda explicações sobre o lucro do banco, equivalente a 70% das receitas totais da União.

O parlamentar estranhou que no pronunciamento do ministro na Câmara tenha sido incluído como déficits os encargos do Banco Central com juros de compromissos externos: "Se tais valores entram como despesas normais do banco como se explica o encerramento dos balanços com lucros excepcionais?", indagou.

Ralph Biasi também lembrou que, se o orçamento fiscal de 1984 previa, aproximadamente, Cr\$ 3 trilhões para a cobertura de encargos financeiros da União, e o deste ano, Cr\$ 9,7 trilhões, por qual razão o governo fala hoje em Cr\$ 14,9 trilhões dentro do orçamento fiscal e mais Cr\$ 39 trilhões que estariam a cargo do Banco Central.

Estatais

O diretor da Dívida Pública do Banco Central, José Júlio Senna, descartou, ontem, a possibilidade de um impacto sobre a inflação ou expansão da base monetária com o pagamento das dívidas das estatais pelo Banco do Brasil. Conforme explicou, ainda não foi definido, pelo Ministério da Fazenda, o esquema de pagamento, se parcelado ou uma vez só. A forma será definida até o final deste mês.

Se o pagamento for em uma só parcela, a solução será abrir um edital de vendas de ORTN, com prazos a serem ainda definidos, no montante necessário. Caso o governo decidir pagar em diversas vezes a dívida com a iniciativa privada, a sistemática será a compra e revenda diária de dinheiro na mesa do open e quando o montante chegar nos patamares necessários, anunciar a venda de ORTNS. Desta forma o governo espera "enxugar" o mercado não alterando a base monetária.

Expansão

O diretor da Dívida Pública disse, ainda, que o governo está trabalhando com um índice de expansão monetária abaixo de 200%. Segundo ele, para confirmarem-se as previsões de uma expansão de 230% neste ano, seria necessário um crescimento mensal de 11,5% na base monetária, o que dificilmente ocorrerá. Para este mês sendo prevista uma expansão, em consequência das Aquisições do Governo Federal (AGFS), um pouco acima de 8,5%, índice registrado em maio do ano passado.

José Júlio Senna explicou que a política monetária não é capaz de produzir milagres. Inclusive, disse ele, as operações de mercado aberto não são para o controle da base monetária e sim para o controle das reservas bancárias. Quando houver qualquer excesso de reserva bancária o governo precisa agir para que estes recursos não entrem no mercado.